

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 031, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

“Altera o Inciso XIII do Artigo 147 bem como o parágrafo único do artigo 156, da Lei Municipal nº. 1.108, de 28 de julho de 1999, Estatuto do Servidor Público, que reclassifica transgressões de Servidor Público sob pena de demissão”.

SERGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º. O artigo 147, inciso XIII, da Lei 1.108, de 28 de julho de 1999, passa a ter a seguinte redação:

Art. 147 (...)

XIII – Transgressão do artigo 133, Incisos X ao XVI.

Artigo 2º. O Parágrafo Único do artigo 156, da Lei 1.108, de 28 de julho de 1999, passa a ter a seguinte redação:

Art. 156 (...)

Parágrafo único. Não poderá retomar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência do Artigo 147, incisos I, V, VIII, X, XI e XIII.

Artigo 3º. Revoga-se as disposições em contrário.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 14 de março de 2013.

SERGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária da Administração.

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o projeto de lei nº. 031, de 14 de março de 2013, que “Altera o Inciso XIII do Artigo 147 bem como o parágrafo único do artigo 156, da Lei Municipal nº. 1.108, de 28 de julho de 1999, Estatuto do Servidor Público, que reclassifica transgressões de Servidor Público sob pena de demissão”.

O presente projeto de lei Altera o Inciso XIII, do Artigo 147 bem como o parágrafo único do artigo 156, da Lei Municipal nº. 1.108 de 28 de julho de 1999, Estatuto de Servidor Público, que reclassifica transgressões de Servidor Público sob pena de demissão.

Sendo assim, a lei ora alterada cumprirá sua função social e igualmente irá coibir infrações graves praticadas pelos servidores municipais.

Após a aprovação e publicação da Lei Municipal, que autorizará ao Poder Executivo a fazer a alteração ora proposta se estará corrigindo algumas distorções graves, a exemplo do Inciso XII, do artigo 133, que até então, não possibilitava a demissão do Servidor que recebesse propina, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições.

Ainda, a presente alteração irá impedir o retorno ao serviço público municipal do servidor demitido pelos motivos elencados no Inciso XIII do artigo 147, motivos esse de extrema gravidade e que recomendam o afastamento permanente do infrator.

Pois se tem com a redação atual, mecanismos jurídicos para punir tais atos de extrema gravidade.

Sendo o que nos cumpria apresentar, aproveitamos o ensejo para saudar a todos os componentes dessa Casa Legislativa.

SERGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal